

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO ASSESSORIA TÉCNICA NA CONSTRUÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PINHEIRO MACHADO: POSSIBILIDADES DEMOCRÁTICAS LOCAIS

ALMEIDA, Luciana Meireles de¹; SOUZA, Aisllan Augusto de²; BORBA, Maribel Soares³; RODRIGUEZ, Rita de Cássia⁴; CÓSSIO, Maria de Fátima⁵

¹Universidade Federal de Pelotas, Acadêmica do curso de Pedagogia; ² Universidade Federal de Pelotas, Acadêmico do curso de Pedagogia; ³Universidade Federal de Pelotas, Acadêmica do curso de Pedagogia; ⁴Instituto de Biologia da Universidade Federal de Pelotas. Professora Adjunta/Co-orientadora do projeto; ⁵Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas, Departamento de Ensino. Professora Adjunta/Coordenadora e orientadora do Projeto de Extensão.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho visa apresentar o projeto de extensão universitária de assessoria técnica à Secretaria Municipal de Educação - SMEC - do município de Pinheiro Machado/RS, na formulação, implementação e acompanhamento ao Plano Municipal de Educação - PME - na perspectiva da democracia participativa.

O projeto de extensão originou-se da solicitação da SMEC à Faculdade de Educação da UFPel para assessoria na elaboração de políticas educacionais que ampliassem a participação da comunidade na tomada de decisões e, sobretudo, refletissem as demandas e necessidades locais. Durante o processo de elaboração do projeto de assessoria foi se delineando a ideia de construção coletiva do PME em decorrência da discussão do novo Plano Nacional de Educação - PNE.

Trata-se do desafio coletivo de avançar na construção de uma política de Estado, visando garantir uma educação pública, gratuita, laica, democrática, inclusiva e de qualidade social para todos/as e, desse modo, perseguir a universalização do acesso e da permanência bem sucedida de crianças, jovens e adultos em todas as etapas e modalidades.

Utiliza-se o conceito de democracia participativa de Boaventura de Souza Santos (2003, 2007) e as suas ideias sobre emancipação, sobretudo quando assinala que a ampliação das experiências democráticas em escala global, parte da valorização das experiências locais, das vivências concretas de pessoas que resistem à regulação.

Para analisar os momentos de construção da política local, utilizam-se a tese de Ball (1994, 2001, 2004, 2005) sobre o "Ciclo de políticas". Cossio e Rodriguez (2010) esclarecem que o autor defende esta tese

como um método de pesquisa para compreender a política educacional, destacando a sua complexidade, ou seja, a impossibilidade de análise linear e simplificada das decisões e práticas nesse campo e a necessidade de enfatizar os processos micro-políticos e a ação dos sujeitos que lidam com as políticas no nível local, neste caso referindo-se tanto a gestores quanto aos professores e demais atores do cenário político e educacional local. Indica, ainda, a necessidade de se articularem os processos macro e micro na análise de políticas educacionais (p.3, 2011).

O objetivo deste trabalho consiste na preparação dos gestores educacionais/escolares e dos membros do Conselho Municipal de Educação - CME - para a coordenação do processo de participação em cada unidade educacional e espaços

de representação comunitária; participar e acompanhar as discussões sobre a realidade educacional do município, visando deflagrar a formulação democrática do PME que corresponda às necessidades e expectativas locais de melhoria da oferta educacional e da ampliação das possibilidades de desenvolvimento cultural e social da população.

Entende-se que não basta criar espaços e mecanismos de participação para que a democracia avance nas sociedades complexas contemporâneas. É necessário recuperar o desejo de participar e qualificar a participação de modo que possa resultar em propostas e ações planejadas para curto, médio e longo prazo, com previsão orçamentária municipal, acordos de cooperação com as demais esferas governamentais e com a sociedade civil, garantindo que as proposições sejam de fato implementadas.

2 METODOLOGIA (MATERIAL E MÉTODOS)

Para atingir os objetivos propostos foram realizadas reuniões com a equipe gestora da SMEC para estudos e organização do processo participativo da comunidade escolar na tomada de decisões sobre o projeto educacional local.

Posteriormente realizou-se um encontro com a equipe da SMEC, equipe gestora das escolas, professores e funcionários da rede pública e CME, oportunizando a discussão sobre a educação local, no sentido de evidenciar a realidade e as expectativas, assim como a disposição para a participação na discussão do PME. Em seguida, constituiu-se uma comissão representada pela SMEC, CME e Universidade para elaborar a versão preliminar do Plano.

Após esta etapa preparatória, a comissão iniciou a coleta de dados e informações com vistas à elaboração do diagnóstico da realidade social e educacional da cidade. Para tanto, realizou-se a análise dos documentos oficiais e legais que atualmente orientam a rede municipal de ensino e o levantamento dos censos populacionais e educacionais da cidade. A seguir, buscou-se a atualização dos dados de cada escola referentes aos índices de aprovação, reprovação, abandono, número total de alunos por série/ano/modalidade de ensino, número de professores e funcionários, condições estruturais, materiais e físicas, projetos pedagógicos, organização curricular, critérios e instrumentos de avaliação do desempenho dos alunos, programas e projetos extraclasse, entre outros.

Para complementar o diagnóstico e delinear as proposições ao Plano, realizaram-se encontros com os quatro segmentos de cada escola municipal e estadual, urbana e rural, assim como professores, funcionários, direção e alunos do pólo local da Universidade Federal de Pelotas. Os encontros contaram com um documento prévio e questões orientadoras dos debates para os quatro segmentos reunidos em grupos, cuja tarefa consistia em analisar cada item, discutir, sistematizar e apresentar em plenária. Os temas tratados foram: gestão democrática da educação e da escola; concepções e especificidades do currículo; elaboração do projeto político-pedagógico; organização e funcionamento da escola; formas de ingresso e distribuição dos alunos; processo ensino-aprendizagem; rendimento dos alunos e processos avaliativos; recursos existentes na escola; trabalho docente: elementos facilitadores e dificuldades encontradas; instâncias participativas; compreensão dos conceitos de habilidades e competências e fatores relevantes para a ampliação da qualidade do ensino.

Os encontros resultaram na sistematização das propostas, traduzindo-as em diretrizes, objetivos, metas e estratégias que irão configurar o PME de Pinheiro Machado para os próximos dez anos, tendo como pano de fundo a preocupação com a ampliação dos espaços de democracia e de participação.

A versão preliminar do Plano, em fase de conclusão, será enviada às instituições educacionais, que, junto às suas comunidades, farão a discussão e apresentarão propostas. Cada segmento fará a escolha de representantes que participarão da Conferência Municipal de Educação, prevista para o mês de outubro deste ano. Após a conferência, a comissão do PME redigirá o documento final que será submetido à Câmara de Vereadores.

Pretende-se, posteriormente, acompanhar o processo de implementação das metas e estratégias do Plano, verificando, especialmente, seu impacto na configuração dos projetos político-pedagógicos das escolas, Regimentos escolares, Planos de Estudos, práticas pedagógicas e, ainda, de que forma algumas medidas adotadas contribuem na melhoria do rendimento dos alunos e na ampliação do nível de participação e democracia.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A perspectiva deste trabalho foi destacar os resultados preliminares da assessoria técnica à SMEC de Pinheiro Machado, com vistas à construção do PME, baseado na análise das observações, discussões e dos instrumentos aplicados aos gestores, professores, pais, funcionários e alunos da cidade, organizados a fim de construir o Projeto de Lei que será apresentado à Câmara de Vereadores para que seja aprovado o novo Plano Decenal de Educação do município.

Perseguindo os pressupostos da democratização da educação e da escola, os dados demonstraram os entendimentos e discursos dos gestores, professores da rede e os demais segmentos da comunidade escolar, bem como as necessidades e possibilidades que viabilizem uma prática inovadora, inclusiva e qualificada.

Percebeu-se a necessidade de avanços consideráveis nas conceituações e teorizações do que seja democracia, bem como na construção de práticas autônomas na elaboração e materialização de políticas públicas.

Foram realizadas visitas, conforme cronograma do projeto de extensão, às escolas municipais, bem como à escola estadual e ao pólo de ensino superior da Universidade Federal de Pelotas. Nestas reuniões foram apresentadas inicialmente as diretrizes, metas e estratégias do PNE 2011/2020. Abriu-se ao debate onde foram surgindo propostas e estratégias para a construção das metas do PME.

De acordo com os gestores da rede (SMEC) e das escolas, as propostas empreendidas e as propostas em construção, pretendem possibilitar novos espaços e instâncias de discussão no interior das escolas e das comunidades onde estão inseridas, viabilizando novos ordenamentos e políticas para a rede, além de experimentações inovadoras e emancipatórias.

Após a análise e construção da proposta final de redação do Projeto de Lei, haverá uma grande plenária onde serão votados e aprovados os itens que nortearão as políticas públicas em educação do município para os próximos dez anos. Após as contribuições finais e aprovação do documento referência será formatado o documento final que será enviado ao Poder Legislativo Municipal e a toda comunidade de Pinheiro Machado, para acompanhar sua aprovação e implementação, sentindo-se responsável pela educação do/no município.

4 CONCLUSÃO

Fica evidente, em diferentes momentos das manifestações dos segmentos da comunidade educacional, que a equipe de gestores da rede pública municipal exerce um papel de extrema importância na conquista pela democratização das relações de poder, inclusive no interior das escolas. Isto porque, a despeito da disposição dos professores em participar do contexto de influência e do contexto da produção de textos (BALL, 1994), os espaços de participação e o respeito às contribuições dos vários segmentos da comunidade nas construções políticas, dependem, em grande medida, do projeto político assumido pelas instâncias de poder local. Esta constatação se baseia em experiências autoritárias vivenciadas anteriormente no município em estudo e manifestas pelos professores mais experientes que atravessaram diferentes gestões municipais.

Observa-se que, se por um lado, a disposição política para a criação de espaços de participação por parte dos gestores do município é imprescindível para a democratização da educação local, por outro lado não garante a democracia na escola. Os gestores das escolas precisam aderir ao projeto democrático e, por sua vez, exercerem a liderança na orientação e materialização de projetos educativos próprios.

Entende-se que o documento final do PME deve refletir as principais demandas da comunidade e, em seu processo de implementação, precisa provocar mudanças concretas nas práticas de gestão das escolas e nos espaços de sala de aula, diminuindo o distanciamento entre os princípios, proposições e a materialização dos pressupostos democráticos e de qualidade da educação.

5 REFERÊNCIAS

- BALL, S. J. **Education reform: a critical and post-structural approach**. Buckingham: Open University Press, 1994.
- _____. Diretrizes Políticas Globais e Relações Políticas Locais em Educação. **Currículo sem Fronteiras**, v.1, n.2, p.99-116, Jul/Dez 2001.
- _____. Performatividade, privatização e o pós Estado. In: **Educ. Soc.**, Campinas, v.25, n.89, p. 1105-1126, set./dez. 2004.
- _____. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. In: **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 126, p. 539-564, 2005.
- CÓSSIO, Maria de Fátima; RODRIGUEZ, Rita de Cássia. Plano municipal de educação: construindo espaços de participação na definição das políticas públicas. In: **ANPAE**, São Paulo, 2011.
- SANTOS. Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice. O social e o político na Pós-Modernidade**. 3ª edição. Porto, Portugal: Afrontamento, 1995.
- _____. **A crítica da razão indolente: Contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2000.
- _____. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- _____. **Um discurso sobre as Ciências**. Porto, Portugal: Afrontamento, 2004.
- _____. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.